

TRABALHO DOCENTE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA ESCOLA

Tatiana Cunha Henrique Oliveira¹

RESUMO

O artigo em tela se insere no debate sobre a importância de se trabalhar a educação antirracista dentro da escola. Para isso, analisa o trabalho docente, uma vez que muitos professores reconhecem o racismo na sociedade brasileira, mas negam que existam nas escolas, cultivando a ideia de que tratar o tema é desnecessário. Os resultados da análise evidenciam desafios ainda presentes para o cumprimento da Lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira; além do fato de que grande parte dos professores querem se inserir na luta antirracista, mas por falta de formações, de aprofundamento sobre o tema, dentre outros fatores, acabam por não contribuir efetivamente, quando não, contribuem de uma forma ou de outra para a reprodução, muitas vezes inconsciente, do racismo estrutural. Nosso trabalho se configura como uma pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Educação antirracista. Trabalho docente.

TRABAJO DOCENTE Y EDUCACIÓN ANTIRRACISTA EN LA ESCUELA

RESUMEN

El artículo en cuestión se enmarca en el debate sobre la importancia de trabajar la educación antirracista dentro de las escuelas. Para ello, analiza el trabajo docente, ya que muchos profesores reconocen el racismo en la sociedad brasileña, pero niegan que éste exista en las escuelas, cultivando la idea de que abordar el tema es innecesario. Los resultados del análisis destacan desafíos aún presentes en el cumplimiento de la Ley 10.639/03, que establece las directrices y bases de la educación nacional, para incluir en el currículo oficial de la Red de Educación la temática obligatoria de Historia y Cultura Afrobrasileña; Además de que gran parte del profesorado quiere implicarse en la lucha antirracista, pero por falta de formación, de conocimiento profundo sobre el tema, entre otros factores, acaban no contribuyendo eficazmente, o incluso contribuyendo de una u otra forma a la reproducción, muchas veces inconsciente, del racismo estructural. Nuestro trabajo se configura como una investigación bibliográfica y documental.

PALABRAS CLAVE: Racismo. Educación antirracista. Trabajo docente.

¹ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Administração escolar pela Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Professora efetiva da rede pública municipal de educação básica de Fortaleza. Membro da diretoria do Sindicato União dos Trabalhadores em Educação do Município de Fortaleza (SINDIUTE), desde 2010. E-mail: Tatihenrique@gmail.com. Telefone: (85) 9.8861-3100

INTRODUÇÃO

O debate acerca das questões raciais e a invisibilidade do negro enquanto sujeito social é amplamente discutido. Abordar o racismo presente em nossa sociedade é uma forma de confrontar um sistema patriarcal, misógino e racista que oprime e restringe a existência da população negra. No contexto das instituições educacionais, é imperativo que estas articulem e implementem ações que promovam reflexões substanciais sobre as relações étnico-raciais, uma vez que o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado, até mesmo pelo sistema educacional.

Diante disso, compreendemos que a escola é um espaço que deve assegurar um ensino antirracista, criando estratégias e metodologias que potencializem o conhecimento. Assim, partindo de uma perspectiva que repasse aspectos da história dos/as invisibilizados/as e inverossímeis, colocando os negros como membros construtores e participantes de nossa sociedade, dando-lhes destaque nas contribuições sociais, de pesquisa, nas políticas, nas religiões e culturas, em que enriquecem toda a existência do povo negro, desde a ancestralidade até a atualidade.

A luta antirracista, no Brasil, transcende a responsabilidade exclusiva das pessoas negras e se apresenta como um dever de toda a sociedade. Nesse sentido, este artigo propõe uma discussão aprofundada sobre a relevância da implementação de uma educação antirracista desde a escola, destacando a necessidade de promover o protagonismo negro e combater a invisibilidade histórica imposta a essa população. A escola, enquanto instituição fundamental na formação de cidadãos, possui um papel crucial na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, ressaltamos que, no contexto de crise estrutural do capital, a educação é amplamente usada como uma alternativa para que, de maneira sistematização e articulada aos interesses do capital, possa garantir a sua reprodução. Nesses termos, evidenciamos que um horizonte que possibilite a construção de uma sociedade plenamente emancipada, para além da exploração do homem pelo homem, só pode ser efetivado com a superação da atual forma de sociabilidade.

A educação antirracista enfrenta inúmeras barreiras e desafios, especialmente no âmbito do trabalho docente. Por esse ângulo, este estudo analisa o trabalho alienado do professor, a partir da perspectiva marxista, destacando como muitos

educadores, embora reconheçam a presença do racismo na sociedade brasileira, negam sua existência nas escolas. Tal negação perpetua a ideia equivocada de que tratar o racismo no ambiente escolar é desnecessário, contribuindo para a manutenção das desigualdades raciais.

Ademais, discutimos o cumprimento (ou a falta deste) da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino. Nossa pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, evidencia as dificuldades ainda presentes para a efetivação desta legislação, apontando a resistência e a falta de preparação adequada dos professores como fatores determinantes para a perpetuação do racismo estrutural nas escolas.

Os professores, em grande parte, manifestam o desejo de participar da luta antirracista, mas esbarram na falta de formação específica e aprofundamento sobre o tema. Este déficit formativo compromete a eficácia de suas ações, levando-os, muitas vezes de forma inconsciente, a contribuir para a reprodução do racismo estrutural. Portanto, é fundamental que haja investimentos em capacitações e formações continuadas que preparem os educadores para enfrentar e desconstruir as práticas racistas presentes no cotidiano escolar.

A pesquisa bibliográfica se mostrou necessária para compor nosso referencial teórico, sendo aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2016).

Desse modo, para lastrear as reflexões e os fatos narrados neste trabalho, realizamos uma busca em: i) obras (livros) teóricas; ii) repositórios de universidades do Brasil; iii) na *internet* como um todo, por artigos publicados em revistas acadêmicas, que traziam a definição e a conceituação de teorias que diz respeito ao nosso tema.

Neste artigo, utilizamos como referencial teórico autores e autoras, como Cavalleiro (2012); Carneiro (2011); Freire (2005); Pinheiro (2023); Ribeiro (2019), que oferecem uma perspectiva crítica e aprofundada sobre a importância do trabalho do(a) educador(a) no desenvolvimento e formação dos indivíduos. Esses teóricos

contribuem para a construção de uma base sólida que sustenta a necessidade de uma educação antirracista efetiva e transformadora.

Decidimos nos aprofundar neste tema por inúmeras situações enfrentadas por alunos dentro da escola, uma delas ocorreu com uma aluna do 9º ano, em uma escola Estadual na periferia de Fortaleza. Atualmente, essa aluna, possuindo um destacado nível de inteligência, já concluiu o seu mestrado.

Enquanto convivíamos juntas, na escola, essa aluna passou a se enxergar como negra e decidiu fazer transição capilar e se achava linda com seu cabelo crespo natural, o enfeitava com turbantes, laços e estudava sobre as tranças. Um dia, ela indo à aula com seu cabelo crespo, cujo volume ganhava um belo destaque diante dos seus olhos, recebeu ofensas de alguns rapazes que estavam passando em um carro e gritaram frases, como: “você está assustando as pessoas na rua com seu cabelo”; “prenda isso”; “gosta de ser feia”. Ela chegou à escola chorando, o que foi de partir o coração.

Nesse momento, pensamos em qual lado nós professores e professoras estamos. Qual nossa contribuição para a construção de uma sociedade de cidadãos antirracistas? Esses rapazes do carro já foram alunos e já estiveram em uma sala de aula. Percebemos, nesse momento, que não se resolve o problema ignorando a realidade, fingindo que não somos racistas e que todo mundo é igual, independentemente da cor da pele.

A discussão sobre o racismo no ambiente escolar não deve ser vista como uma questão secundária ou periférica, mas como um componente central na formação de uma sociedade mais equitativa. A invisibilidade do negro na educação reflete e perpetua as desigualdades sociais, sendo imprescindível que as escolas se tornem espaços de resistência e transformação.

As duas seções subsequentes deste artigo desenvolvem a discussão do tema proposto. A primeira seção aborda o trabalho alienado, a partir da perspectiva marxista, e suas implicações na prática docente, sobretudo no tocante aos desafios e as barreiras enfrentadas pelos educadores na implementação de uma educação antirracista. Ainda nessa seção, apontamos as implicações da Lei 10.639/03, explorando brevemente as problemáticas e as resistências encontradas para sua efetivação nas escolas.

Antes da conclusão, a terceira seção discute como ser um educador antirracista, se é que é possível dentro desse sistema educacional brasileiro, a partir de autoras, como Eliane dos Santos Cavalleiro (2012) e Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), dentre outros. Nas considerações finais, sintetizamos as principais conclusões do estudo e apresentamos recomendações para a superação dos desafios identificados, destacando a necessidade de formação continuada para os professores, a fim de que estejam preparados para atuar de maneira efetiva na construção de uma educação antirracista.

TRABALHO ALIENADO: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE

Marx trabalhou o conceito de *Alienação* arduamente em seus escritos, inclusive, esse termo o caracteriza na sua primeira fase filosófica. Dentro da corrente marxista, o conceito de alienação está presente porque faz parte do processo capitalista de comunicação do homem. A alienação está presente desde o início na vida humana, pois o sistema capitalista extrai do homem o seu maior bem que é a força de trabalho, uma relação que está ligada à questão do indivíduo ser inserido dentro do contexto social, a partir da venda da sua própria força de trabalho.

Marx (1967, p. 93) introduz o conceito de trabalho alienado conforme as leis da Economia Política. Segundo o teórico materialista, a alienação do trabalho ocorre da seguinte forma:

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo, mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo, mas sim outra pessoa.

Esse conceito também está relacionado ao trabalho docente, evidenciando que, diante das expectativas sociais atribuídas à escola, como garantir formação

cultural, científica e cidadã, o professor pode estar alienado, pois assume múltiplas funções para as quais muitas vezes não está preparado ou com as quais não concorda.

Assim, a alienação se manifesta quando o educador perde o sentido de seu fazer pedagógico, imerso em exigências externas e desconectado de sua prática como agente transformador. Nesse contexto, o professor é pressionado a se adaptar a um modelo idealizado de profissional polivalente, que domina amplos saberes e está sempre disponível para contribuir com a dinâmica escolar.

Entretanto, a escola ainda valoriza o perfil do professor monocultural, aquele que se limita a transmitir conteúdos com competência técnica, mas sem uma postura crítica ou transformadora. Tal cenário evidencia uma contradição: espera-se um educador comprometido com a formação integral dos alunos, mas o sistema tende a reproduzir práticas que mantêm o professor em posição de reprodutor do saber, contribuindo para sua alienação no exercício profissional.

Quando analisamos as implicações do trabalho docente alienado com relação a uma educação antirracista, o cenário se torna ainda mais preocupante, pois a desconexão do trabalhador (docente) do produto de seu trabalho (educação, alunos) e da sua própria essência que se manifesta claramente no contexto educacional. Os educadores, ao estarem alienados, frequentemente não reconhecem a relevância de integrar uma educação antirracista em suas práticas, perpetuando um sistema que marginaliza e invisibiliza a população negra.

O trabalho alienado dos professores impede o desenvolvimento de uma pedagogia crítica, que poderia desafiar e transformar as estruturas racistas presentes na sociedade. Esta alienação é evidenciada pela resistência de muitos educadores em abordar questões raciais nas escolas, mesmo reconhecendo a existência do racismo na sociedade em geral. O resultado é uma prática pedagógica que reforça a invisibilidade do negro e mantém o *status quo*, ao invés de promover uma educação emancipatória (Freire, 2005), que poderia empoderar todos os alunos, especialmente os negros, apontando, também, como perspectiva a construção de uma nova sociedade, para além da capitalista.

A Lei 10.639/03, que exige a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, enfrenta resistência significativa devido à alienação docente. Muitos professores, desconectados da importância e urgência da educação

antirracista, veem a implementação dessa lei como uma obrigação adicional, em vez de uma oportunidade para enriquecer o processo educativo. A alienação, portanto, não só dificulta a aplicação da lei, mas, também, impede que os educadores se envolvam profundamente com o conteúdo que ensinam, resultando em uma abordagem superficial e descomprometida.

Como vimos, Freire (2005), em sua crítica à "educação bancária", destaca como a alienação do docente se manifesta na transmissão de conhecimento de forma mecânica e opressora, em que os alunos são meros receptores passivos. Esta prática, além de desumanizar os alunos, reforça as estruturas de poder que perpetuam o racismo. A alienação do trabalho docente, nesse contexto, não permite a criação de um ambiente educacional que estimule a reflexão crítica e a conscientização sobre as questões raciais, essencial para uma educação verdadeiramente antirracista.

Diante da reflexão em torno da educação escolar e dos limites impostos pela sociedade capitalista, é imprescindível compreendermos que o sistema escolar se organiza sob a tutela do Estado, visando garantir a reprodução do capital, sobretudo, no atual estágio de crise estrutural. Portanto, inserimos nessa discussão que a superação da sociedade vigente se encontra como pauta norteadora para a construção de uma nova forma de sociabilidade, que possibilite a formação de um indivíduo emancipado.

Assim, diante do cenário que acena como alternativa superar as implicações da alienação do trabalho docente na educação antirracista, é imperativo reestruturar as políticas de formação de professores, promovendo uma pedagogia que valorize a inclusão e o empoderamento dos alunos negros também. Os educadores precisam ser capacitados para reconhecer e confrontar suas próprias alienações, transformando suas práticas pedagógicas em instrumentos de resistência e transformação social. A criação de espaços de diálogo crítico e a incorporação de perspectivas antirracistas no currículo, são passos essenciais para desconstruir as barreiras impostas pela alienação e avançar rumo a uma educação mais justa e equitativa. Na próxima seção, discutiremos brevemente sobre como ser um educador antirracista.

A IMPORTÂNCIA DE SER UM EDUCADOR ANTIRRACISTA

Com base na sua experiência em uma escola de educação infantil por mais de quatro anos, Eliane Cavalleiro conclui que, desde muito cedo, o racismo está presente na vida de uma pessoa. Em seu livro: *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil* (2012), a autora traz como tema a compreensão da socialização, no que se refere às relações étnicas estabelecidas no espaço da pré-escola e no ambiente familiar. Supondo que a criança negra, desde a educação infantil, está sendo socializada para o silêncio e para a submissão.

Na escola em que ela realizou sua pesquisa, as crianças tinham entre quatro e cinco anos de idade e, nessa faixa etária, crianças negras já apresentavam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertenciam. Por sua vez, as crianças brancas revelavam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, sentimentos estes que, na maioria das vezes, já traziam de casa e era reforçado na escola, dificultando a socialização, pois devido as diferenças étnicas, acabam por excluir crianças negras de diversas atividades do cotidiano escolar (Cavalleiro, 2012).

Se ao chegarem à escola, crianças de quatro a seis anos de idade já apresentavam uma identidade negativa ou sentimento de superioridade em relação à outra, é certo que estes conceitos pré-estabelecidos se iniciam no lar e se perpetuam na escola. Sendo na infância que começamos o processo de construção da nossa identidade, se durante o convívio com outras crianças, uma é excluída por causa de sua cor, essa exclusão pode causar danos profundos nesse processo de construção, pois esse indivíduo, agora excluído, pode se auto excluir em outros momentos.

Levando em consideração o contexto da escola, observo que um dos grandes problemas, que deve ser nosso, enquanto professores, é que ainda não nos declaramos racistas ou pelo menos em desconstrução. Nós, professores e professoras, verbalizamos a maioria das vezes que não somos racistas, mas as paredes das escolas, os brinquedos, as histórias infantis que contamos, mostram-nos o contrário da nossa fala.

Os muros das escolas são pintados com crianças brancas, as paredes das salas de aula estão decoradas com imagens de personagens brancos, os armários cheios de bonecas brancas e, durante as acolhidas, as crianças fazem orações sem

jamais mencionar sobre a religião de matriz africana que, para muitos professores, é algo diabólico e, assim, associam à cor da pele, às suas origens, a algo feio, que precisa ser escondido e não pode ser falado.

É imprescindível a mobilização para que professores, professoras e gestão escolar, percebam a importância de estudarmos a Lei 10.639/2003, em que se estabelece a obrigatoriedade (não é facultativa) do ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Acrescentando, assim, em cada sala de aula, nos “cantinhos da leitura”, histórias de princesas africanas, para que sejam vistas para além da forma como abordamos a escravidão nos livros de história, mas sim, como um povo forte, inteligente. Precisamos, portanto, intelectualizar pessoas negras, precisamos ter consciência da reparação histórica.

É urgente e necessário que as crianças negras encontrem representatividade em suas escolas e que as crianças brancas possam conhecer a verdadeira história desse povo. Precisamos falar sobre a contribuição que os africanos trouxeram para o Brasil, ampliando o debate que ultrapasse as temáticas em torno da dança, da música, da culinária e da capoeira, numa visão parcial, “que não representam a diversidade existente entre a população negra [...], enquanto a população branca é maioria e diversa” (Carneiro, 2011, p. 65).

Precisamos debater com os estudantes que os povos de origem africana contribuíram para todo o processo de construção da humanidade, pois a todo momento o papel do negro é ignorado na construção da nossa sociedade. Isso tem que partir do currículo, da escola, dos professores. A aplicação efetiva da Lei 10.639/2003, em sala de aula, é um dos caminhos para a prática de uma educação antirracista. De outro modo não é possível, pois como aponta Bárbara Carine Soares Pinheiro, em seu livro: *Como ser um educador antirracista* (2023), não existem práticas antirracistas bem efetivadas em uma escola que possui um currículo racista.

É urgente que as paredes, os muros das escolas, as salas de aula sejam decoradas com crianças negras, frases contra o racismo, bonecas negras e livros infantis, como: *Meu Crespo é de Rainha* (1999) e *O Pequeno Príncipe Negro* (2020), obras de Bell Hooks e Rodrigo França, respectivamente. A criança precisa encontrar representatividade e perceber que ela pode ser Doutora, Mestre ou o que quiser ser, ela precisa se enxergar em todos os locais para que perceba que pode sim, ocupar qualquer espaço social.

Cabe à escola assumir a responsabilidade de transformar a realidade social, de mostrar os conhecimentos ancestrais africanos fora de um lugar de rebaixamento, representar pessoas negras a partir de um lugar de posituação. Ressaltamos que, quando falamos da responsabilidade da escola, é para deixar claro que todas as pessoas que estão no interior da escola, de alguma forma, precisam ser conscientizados da importância da luta antirracista e da responsabilidade de cada um nessa luta.

Uma abordagem somente exercida pelos educadores em sala de aula é ineficiente se, em muitos momentos, outros funcionários estão com as crianças, como na acolhida, hora do lanche e recreio, pois, nesses instantes em que as crianças estão brincando livremente, é possível observar situações de racismo, em que os professores não estarão presentes e o conflito terá que ser mediado por alguém que estiver observando as crianças. Por isso, é imprescindível que toda a escola esteja inserida na educação antirracista. Há, portanto, a necessidade de formações, de grupos de estudos que envolvam toda a comunidade escolar, que tenham discussões profundas sobre o tema que, por sua vez, contribuiria com a educação e, por extensão, com a luta antirracista dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou a importância de uma educação antirracista dentro das escolas, enfatizando a necessidade de promover o protagonismo negro e combater a sua invisibilidade histórica. A pesquisa evidenciou que, apesar dos esforços, existem inúmeras barreiras e desafios que dificultam a implementação de uma prática pedagógica verdadeiramente antirracista. A análise do trabalho docente, sob a perspectiva marxista, revelou como a alienação do professor contribui para a perpetuação do racismo estrutural nas escolas, impedindo, também, que o indivíduo tenha o conhecimento da realidade.

A efetivação da Lei 10.639/03 é fundamental para transformar o cenário educacional brasileiro. Esta legislação, que obriga a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial, enfrenta resistências significativas, muitas vezes, decorrentes da falta de formação e compreensão dos educadores sobre sua importância. A pesquisa sublinhou que a plena implementação da lei é um passo

crucial para garantir uma educação que reconheça e valorize as contribuições afro-brasileiras, promovendo uma visão mais inclusiva e diversa da história e cultura nacional.

A formação adequada dos professores é um elemento indispensável para a prática de uma educação antirracista eficaz. Este estudo revelou que muitos educadores desejam se engajar na luta antirracista, mas são impedidos pela falta de formação específica e pelo desconhecimento profundo das questões raciais. A pesquisa aponta para a necessidade urgente de programas de formação continuada que capacitem os professores a identificarem e combater o racismo em suas diversas manifestações, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Porém, ressaltamos que, na sociedade capitalista, apenas a superação do capital possibilitaria ao indivíduo a sua plena emancipação.

O objetivo deste estudo foi alcançado ao demonstrar a relevância de uma abordagem crítica e transformadora na educação, focada na desalienação do trabalho docente e na promoção de práticas pedagógicas antirracistas. A pesquisa bibliográfica e documental permitiu identificar as principais problemáticas e desafios enfrentados na implementação da Lei 10.639/03 e na formação de professores preparados para essa missão. No entanto, o alcance desta pesquisa representa apenas o início de um processo mais amplo e contínuo de investigação acadêmica e prática educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial**. Brasília-DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 03 maio 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CORTESÃO, Luiza. **Ser professor: um ofício em risco de extinção?** São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUEDES, Karen Virgínia Da Silva *et al.* Por uma educação antirracista: a visibilidade do negro enquanto sujeito ativo e crítico na sociedade brasileira. **Anais IX CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/96040>. Acesso em: 03 maio 2023.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos. *In*: FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Tradução de Octavio Alves Velho. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Uelber Barbosa. **O racismo como expressão da alienação**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2290>. Acesso em 03 maio 2023.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004.